

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O projeto **GRANDE MOINHO TAMBAÚ** se refere a um empreendimento de grande porte, que tem como objetivo a moagem de trigo para comercialização e produção de massas, sendo a viabilidade econômica esperada em função de ser um projeto pioneiro no Estado da Paraíba, que atualmente depende da farinha de trigo dos vizinhos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte para atender sua demanda interna, onde o pão faz parte da dieta diária da maior parte da população. Portanto um dos grandes beneficiários do empreendimento será a própria população paraibana consumidora de derivados do trigo, que terá condições de maior acessibilidade, e provavelmente menor custo na aquisição destes produtos, assim como outros empreendedores com maior visão de mercado que poderão, a partir da farinha, produzir outros alimentos, gerando novos negócios ou ampliando os já existentes.

O empreendimento está localizado na área do Porto de Cabedelo, dentro da zona urbana da cidade de Cabedelo, onde as atividades industriais são referendadas na legislação municipal. Essa área é um terreno acrescido de marinha, surgido com o recuo do mar, posteriormente apropriado pelo Ministério dos Transportes e repassado à administração da Companhia Docas da Paraíba, que promoveu licitação na qual os empreendedores foram os adquirentes.

Não há habitações na vizinhança do empreendimento, sendo todas as áreas marginais compostas por estabelecimentos industriais. Mesmo assim o projeto **GRANDE MOINHO TAMBAÚ** não produzirá efluentes que interfiram com qualquer norma brasileira, e poderia até mesmo ser implantado em qualquer outra zona da cidade, no entanto sua principal matéria-prima é o trigo, que é produto importado, chegando ao Brasil em navios, o que justifica sua locação na zona portuária, como a grande maioria dos demais moinhos brasileiros.

A área pleiteada para o licenciamento ambiental abrange um terreno inferior a 4 hectares, no qual foram depositados entulhos, restos de construção, e até mesmo lixo doméstico, o que lhe deu a condição de degradada, já antes da chegada do empreendimento. Nessa área a ocupação planejada envolve pouco mais de 2 hectares, incluindo todas as instalações de edificações e circulação. Na área remanescente será implantado projeto paisagístico.

As obras já foram iniciadas, ressaltando-se que antes da implantação, foram

desenvolvidos estudos básicos, com o objetivo de nortear as formas de uso e ocupação do terreno, assim como de identificar suas características, mormente geotécnica e capacidade de absorção do solo, dentre outros. A previsão de conclusão do projeto é estimada em junho de 2004.

A área de influência direta do empreendimento corresponde à área de interferência física das obras e entorno mais próximo, enquanto a área de influência funcional assume uma dimensão em escala regional. O diagnóstico ambiental da área do empreendimento e entorno mais próximo leva as seguintes conclusões:

- A geologia da área é essencialmente sedimentar, constituída de sedimentos recentes, representados por areias quartzosa, de origem eólica-litorânea, onde a dinâmica sedimentar é fortemente influenciada pelos ventos, marés e correntes marinhas da deriva litorânea.
- A morfogênese local retrata um relevo plano resultante das acumulações de sedimentos arenosos, deixados na migração de foz do rio Paraíba. As variações altimétricas na área de Cabedelo giram abaixo de 10 metros, alterando-se setores abaixo de 6 metros.
- O solo municipal é representado por areias quartzosas distróficas e álicas, onde a presença de matéria orgânica é insipiente. Na área física de implantação o solo recebeu cobertura de aterros e lixos, ficando quase que completamente degradado.
- A área encontra-se em uma região de clima quente e úmido com estação seca no verão e chuvosa no outono-inverno.
- A área do estudo não apresenta recursos hídricos superficiais, ressaltando-se que o escoamento superficial é muito baixo e que a sua taxa de permoporosidade é elevada, o que favorece a formação de boas reservas hídricas subterrâneas, porém dada a proximidade do mar essas reservas são facilmente interceptadas por frentes salinas, reduzindo seu potencial de utilização.
- A vegetação da área de influência direta do empreendimento pode ser compartimentada em duas unidades compreendendo a vegetação pioneira e vegetação antrópica. A vegetação pioneira ocorre predominantemente nos setores que não receberam aterro, formando uma cobertura vegetal herbácea bastante rala; enquanto que a vegetação antrópica ocorre nos demais setores que receberam as contribuições de aterro.
- A fauna apresenta-se pouco preservada, em decorrência do baixo potencial biótico local, uma vez que a oferta de abrigo e alimento é restrita. O *stress* provocado pelo desenvolvimento de atividades antrópicas nas áreas de entorno também contribuem

para a baixa diversidade de espécies animais.

- Relativamente ao componente antrópico a área portuária em si, atualmente não abriga população fixa ou flutuante, nela se encontram estabelecimentos de armazenagem de combustível e depósitos de coque a céu aberto.
- Ao sul da área e distando cerca de 300 metros ocorre uma ocupação sub normal de aparência recente em terras portuárias.
- Na faixa de praia defronte ao empreendimento pode ocorrer utilização para pesca, diversão e lazer, no entanto a cidade de Cabedelo apresenta inúmeras outras praias em condições mais atrativas à população de forma que a área de praia local aparentemente não recebe fluxo com essa demanda.

O prognóstico ambiental sobre a evolução da área sem o projeto **GRANDE MOINHO TAMBAÚ** evidencia que outro estabelecimento, com ligações ao Porto, deveria ser ali instalado, sendo que em comparação com os modelos de tancagem de combustível e armazenamento temporário de coque, o empreendimento em apreço é muito mais benéfico na percepção ambiental. A suposição de que uma área portuária ficaria sem ocupação não é condizente com qualquer avaliação experiente, ainda mais que a área se encontrava em estado de degradação ambiental.

Com a implantação do **GRANDE MOINHO TAMBAÚ**, o prognóstico sobre a evolução da área indica torná-la produtiva ao meio ambiente, através da geração de um insumo que por sua vez gerará um produto de grande aceitação popular, o pão.

A avaliação dos impactos ambientais do projeto **GRANDE MOINHO TAMBAÚ** foi efetuada através de sistema matricial compatível ao tipo da obra e sua localização, onde foram analisados 52 componentes do sistema ambiental, bem distribuídos entre os meios: físico, biológico e sócio-econômico, em função de 29 ações projetadas do empreendimento. A análise foi realizada de forma completamente independente, representando a opinião de um corpo técnico experiente e resultou numa conceituação de ganhos ambientais para a área de influência funcional com a implantação e funcionamento do projeto. Dentre os impactos ambientais contemplados 220 (duzentos e vinte) ou 65,7% do total foram impactos benéficos; e 110 (cento e dez) ou 32,8% foram considerados impactos adversos; tendo ainda 05 (cinco) impactos ou 1,5% do total, sido considerados ambíguos quanto ao caráter. Os 335 impactos totais reportam-se a 22,21% das possibilidades de impactância dos componentes do sistema ambiental, portanto o empreendimento impacta pouco ao meio ambiente funcional, quer seja em impactos benéficos ou adversos. Com a avaliação se denotou que durante a implantação do empreendimento a área de influência direta sofrerá alteração em alguns parâmetros físicos e biológicos, entretanto, os efeitos positivos gerados compensarão as adversidades, posto que os benefícios refletirão sobre

a área de influência direta ou indireta, desencadeando o crescimento dos setores produtivos, destacando que o empreendimento poderá imprimir um efeito diversificador na economia de Cabedelo e da Paraíba.

A avaliação ainda demonstrou que os impactos de caráter positivos ocorrem principalmente, junto ao meio sócio-econômico, destacando-se maior oferta de empregos, crescimento do comércio, maior arrecadação tributária e desenvolvimento econômico. Ainda assim este meio não foi super valorado na análise, considerando que a menor taxa de impactância (impactos efetivos sobre o total de possibilidades) se deu junto ao meio biológico, sendo que o meio sócio-econômico se destaca somente como a menor taxa de impactância das adversidades, sendo seus componentes ambientais apenas 19, dentre os 52 incluídos.

Em relação ao tipo de impactos gerados, a grande maioria deles, quer sejam benéficos ou adversos, é ser de pequena magnitude, importância pouco significativa e duração variada, de onde se observa que o **GRANDE MOINHO TAMBAÚ** pouco irá interferir no geocossistema natural de sua área de influência.

Além de todas essas condições declinadas, duas outras merecem ser comentadas, trata-se da proximidade de um bem tombado do patrimônio histórico nacional, e da construção de um *dolphin* para atracação dos navios que trarão o trigo ao moinho.

A Fortaleza de Santa Catarina, conforme ficou esclarecido ao longo do texto não será impactada pela obra, pois fica bem distante da mesma e em qualquer ângulo de visão entre as obras e o Forte, já existem outros anteparos físicos indevassáveis, na forma de tanques de armazenamento de combustíveis. Também os insumos e produtos do moinho nem ao menos circularão defronte a este bem tombado. Quanto ao *dolphin*, sua existência é necessária ao funcionamento do moinho, sendo que a construção do mesmo é de responsabilidade da Cia. Docas da Paraíba, que está promovendo seu licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente. Mesmo assim a sua futura existência foi objeto de avaliação ambiental neste EIA/RIMA, como obra civil auxiliar de cuja existência depende a do próprio moinho.

Conclui-se portanto que o projeto **GRANDE MOINHO TAMBAÚ** é viável em termos legais, técnicos, ambientais e econômicos. Recomendando-se para tanto:

- Cumprir rigorosamente o que determina a legislação ambiental vigente, seja no âmbito municipal, estadual e federal;
- Adotar as medidas mitigadoras propostas;
- Implementar os programas de controle ambiental propostos para a área, devendo os

mesmos ser inseridos no projeto básico do empreendimento; e

- Comunicar ao órgão ambiental competente qualquer alteração nos projetos contemplados no estudo ambiental.